



TCE 150 901 **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Balanço de Gestão

Sumário Executivo



biênio
2020
2021



Tribunal de Contas do Estado - RS

Conselheiros:

Presidente: Estilac Martins Rodrigues Xavier

Vice-Presidente: Alexandre Postal

2º Vice-Presidente: Cezar Miola

Corregedor-Geral: Marco Peixoto

Ouvidor: Iradir Pietroski

Presidente da 1ª Câmara: Renato Luís Bordin de Azeredo

Presidente da 2ª Câmara: Algir Lorenzon

Conselheiros Substitutos:

Alexandre Mariotti

Ana Cristina Moraes Warpechowski

Daniela Zago Gonçalves da Cunda

Heloisa Tripoli Goulart Piccinini

Letícia Ayres Ramos

Roberto Debacco Loureiro

Chefe do Gabinete da Presidência: Ricardo Superti de Oliveira

Diretor-Geral: César Luciano Filomena

Diretor de Controle e Fiscalização: Everaldo Ranincheski

Diretora Administrativa: Renata Agra Balbuena

Diretor da Escola Superior de Gestão e Controle

Francisco Juruena: Carlos Eduardo dos Santos Fleck

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Esse relatório de gestão sintetiza as iniciativas desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) desde que assumimos a missão de dirigir a Instituição. Nenhum de nós poderia imaginar que iríamos enfrentar a mais grave crise de saúde pública mundial dos últimos 100 anos e que todos os nossos planos administrativos precisariam ser rapidamente reinventados.

Tendo presente o contexto pandêmico, é preciso assinalar que, em meio à tristeza que assola o País, com centenas de milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas e diante do aumento do desemprego, da fome e da exclusão social, o Tribunal cumpriu um importante papel de fiscalização e orientação aos gestores públicos do Rio Grande do Sul para que pudéssemos contar com iniciativas eficientes no enfrentamento da Covid-19. Da mesma forma, no âmbito interno, asseguramos aos membros e servidores as condições necessárias para que pudessem desempenhar suas funções, sem exposição a maiores riscos de contaminação, uma opção que materializa uma ética do cuidado que nos pareceu imprescindível e prioritária.

Nossa gestão procurou desenvolver o conceito com o qual temos pensado os desafios do controle externo, destacadamente a noção de que importa contribuir para que a gestão pública materialize os mandamentos constitucionais, desenvolvendo, por exemplo, políticas inclusivas que reduzam as abissais desigualdades sociais que seguem fraturando a sociedade brasileira. Nesse conceito, o Tribunal de Contas é concebido como uma Instituição para a promoção da cidadania, para além das contas, desafio que pressupõe a participação ativa de uma sociedade informada e habilitada a exercer o controle social. Nesse caminho, as iniciativas que tomamos estiveram comprometidas com a defesa da democracia e de suas instituições, com os objetivos do desenvolvimento sustentável definidos pelas Nações Unidas e com a superação das hierarquias de gênero e raça que estruturam nossa sociedade.

A partir desses marcos, qualificamos nossas relações institucionais, desenvolvemos parcerias com outros órgãos e com a sociedade civil, construímos elevadas relações com os Poderes e demais Órgãos autônomos e aproximamos o TCE-RS de destacados organismos internacionais como a OLACEF, a EUROSAI E A EURORAI. Ao mesmo tempo, aperfeiçoamos nossos processos internos, investimos em tecnologia da informação e produzimos benefícios de auditoria com economia aos cofres públicos estimada em mais de um bilhão de reais.

Nada disso teria sido possível sem o apoio dos meus colegas conselheiros e dos conselheiros e conselheiras substitutas, sem a colaboração do Ministério Público de Contas e sem a dedicação de nossos servidores e servidoras que demonstraram, mais uma vez, seu elevado espírito público. A todos eles, registro aqui meus agradecimentos. Com cada um deles e com cada uma delas, compartilho minha esperança em um futuro de mais justiça e igualdade.

Estilac Martins Rodrigues Xavier
Presidente do TCE-RS

A

realidade que se impôs com a pandemia desafiou o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul a se adaptar rapidamente e com segurança; a transformar ameaças em oportunidades e a continuar avançando em busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Como gerir o trabalho a ser feito de forma remota? Como entender as novas prioridades, dimensionar o tempo das coisas e humanizar a relação das pessoas e suas particularidades? Como estabelecer responsabilidades e dar transparência aos esforços dispendidos? Como continuar inovando? Como repensar os processos de trabalho já consolidados? Como identificar formas para proteger a saúde da população e também a dos servidores, membros e gestores públicos?

O propósito deste Balanço de Gestão é prestar contas dos temas relevantes que foram os focos das atividades realizadas pelo Tribunal de Contas gaúcho no período de 2020-2021 e reconhecer e valorizar o empenho dos servidores e membros que contribuíram para que atravessássemos este tempo de turbulência cumprindo com êxito nossa missão constitucional, exercendo o controle externo sobre a gestão do Estado e Municípios do Rio Grande do Sul e contribuindo para o aperfeiçoamento da Administração pública, em benefício da sociedade.

Assinale-se que o TCE-RS respondeu ao desafio proposto no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes – instituindo a sua Política de Governança Institucional. As metas 16.6 e 16.7 desse ODS são “Ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis” e “Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis”. A informação é a energia que movimenta essa engrenagem sendo que o TCE-RS avançou com a implantação do Sistema de Gestão e Acompanhamento (SIGA) e com os painéis de gestão QlikSense, em um processo contínuo de aprimoramento. A Resolução 1.143/2021 oficializou o Sistema de Governança do TCE-RS e criou o Comitê de Governança Institucional, esse de carácter consultivo, propositivo e de apoio ao Tribunal Pleno e à Alta Administração do Tribunal de Contas. Essa iniciativa foi destacada como ponto forte do sistema de planejamento e gestão do Tribunal de Contas gaúcho na auditoria da ISO 9001, realizada em setembro de 2021.

Uma versão mais detalhada desse relatório, organizada em 10 eixos e com descrição das mudanças e avanços na área de gestão administrativa, está disponível no Portal do TCE-RS.

Esse sumário executivo concentra as principais informações em 5 temas da gestão do biênio 2020-2021 que agregam maior interesse público:

- 1 Controle externo e benefícios das auditorias
- 2 Tecnologia e inovação
- 3 Transparência, capacitação e controle social
- 4 Sustentabilidade
- 5 Cidadania e democracia

1

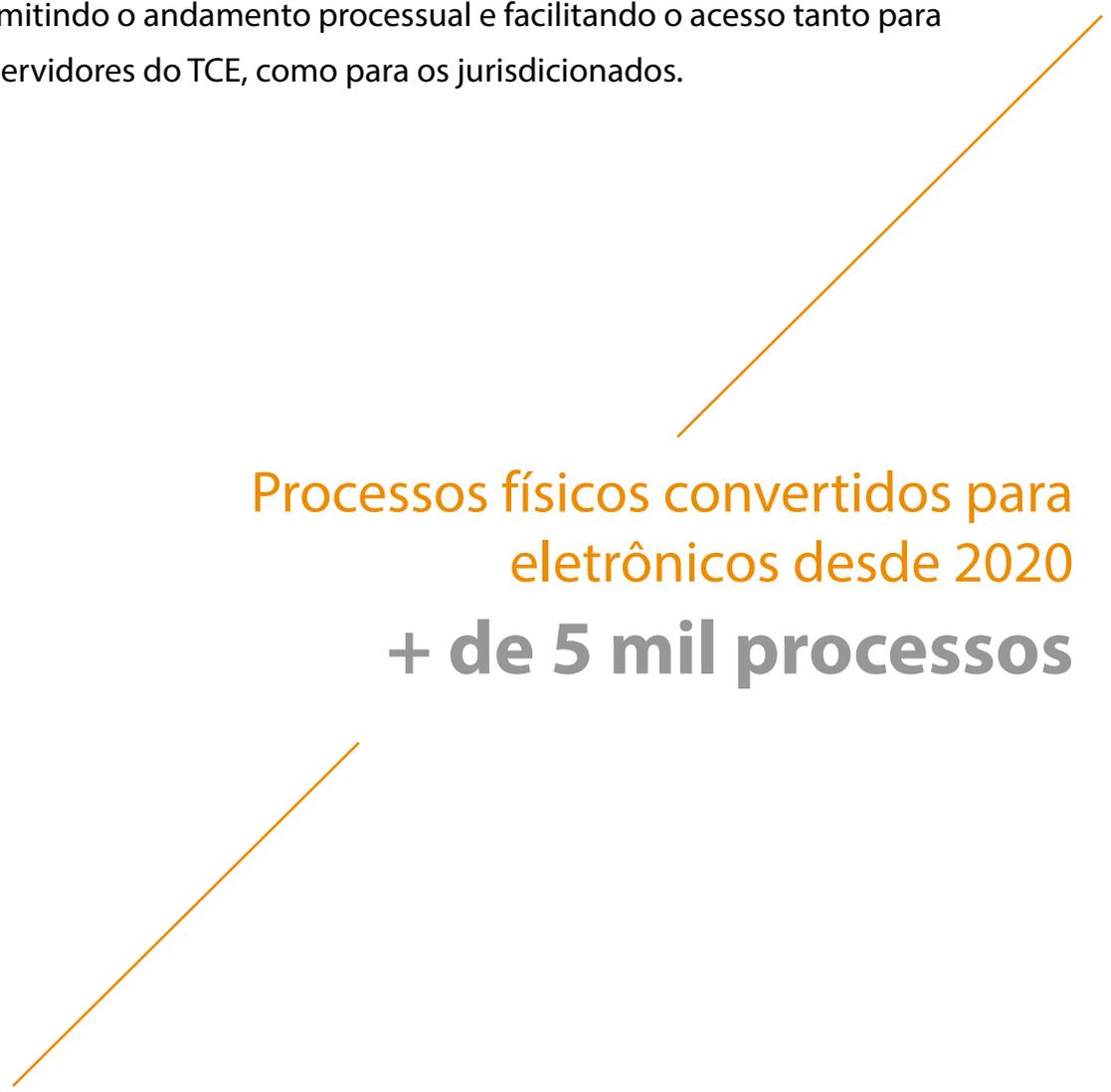
Controle **externo**

e benefícios das
auditorias



No biênio 2020-2021, o TCE-RS enfrentou o desafio de adaptar as atividades de controle às restrições sanitárias de isolamento social, mantendo os elevados níveis de qualidade nas análises do corpo técnico e de capacidade de fiscalização em todos os Municípios e órgãos do Estado. Os resultados alcançados evidenciam que o TCE-RS alcançou pleno êxito nessa missão, o que começou com a elaboração do Plano Emergencial de Fiscalização que definiu procedimentos para o acompanhamento das ações de enfrentamento à pandemia da Covid-19, com a realização de auditorias concomitantes dos atos de gestão, de forma remota.

Para evitar prejuízo à tramitação dos processos físicos, que tiveram os prazos suspensos em função da pandemia, a partir de março de 2020 foram convertidos mais de 5 mil processos físicos em eletrônicos, permitindo o andamento processual e facilitando o acesso tanto para os servidores do TCE, como para os jurisdicionados.

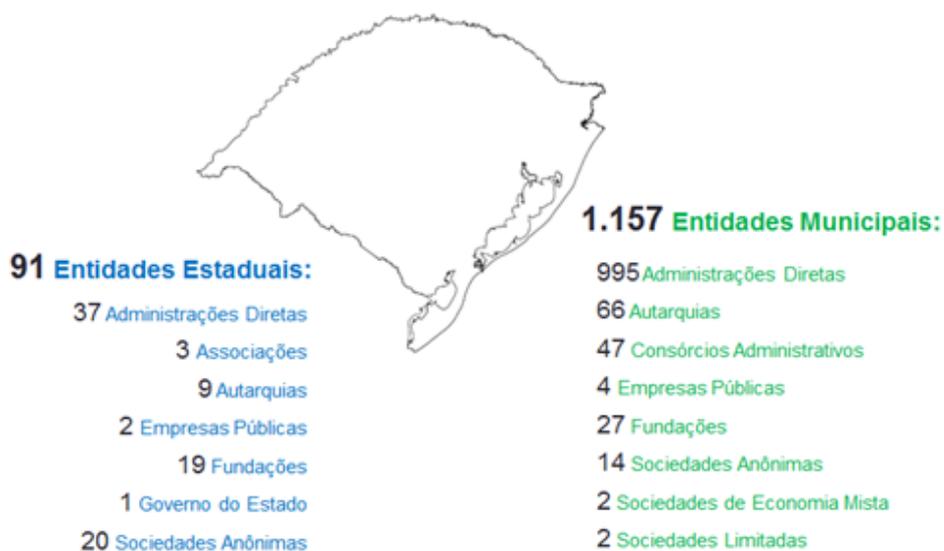


**Processos físicos convertidos para
eletrônicos desde 2020
+ de 5 mil processos**

Graças ao suporte oferecido pelos investimentos em Tecnologia da Informação foi possível priorizar o controle preventivo e concomitante, procurando evitar a ocorrência de irregularidades, o que gerou impactos positivos aos próprios entes fiscalizados e à sociedade, como se verá.

O TCE-RS fiscaliza 1.248 órgãos públicos no RS, auditando, anualmente, recursos orçamentários de cerca de R\$ 130 bilhões, aliando a expertise dos servidores ao uso intensivo de recursos tecnológicos.

Órgãos e Entidades Fiscalizados

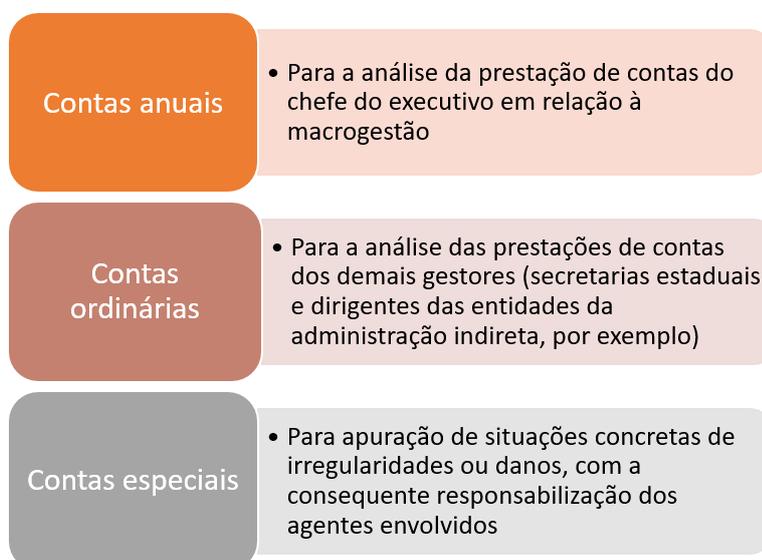


Fonte: Portal TCE-RS, novembro de 2021.

A necessidade de aumentar a efetividade das decisões e de contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública resultou em mudanças significativas no processo de fiscalização nos últimos dois anos, com a reestruturação dos processos finalísticos e a atuação preferencialmente preventiva e concomitante no controle externo.

Ao mesmo tempo, era necessário dar atenção aos temas definidos como estratégicos no Planejamento Estratégico do TCE-RS 2018-2022. Nesse sentido, foram criados grupos de trabalho para discussão e proposição de possíveis ações de fiscalização relacionadas à transparência, receitas, educação e saúde. Também foi criado um grupo de trabalho para tratar do tema segurança da informação e segurança cibernética, para identificar as principais vulnerabilidades e subsidiar o planejamento das ações de fiscalização e acompanhamento na área.

Ato contínuo, considerando as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) o TCE-RS precisava alterar seu modelo processual. Para isso, foi estabelecida a seguinte tipologia de contas:



Na área municipal, o relatório de contas anuais viabilizou que várias análises fossem feitas em relação a alguns temas e políticas públicas. A informatização da coleta de dados e a automação permitiu ampliar os temas abordados, oferecendo ao Poder Legislativo e à sociedade análises técnicas consistentes da macrogestão a respeito de: sistema de controle interno, gestão orçamentária, demonstrações contábeis e patrimoniais, gestão fiscal, índices constitucionais, políticas públicas e conselhos municipais.

Com esse formato, o processo de contas anuais também valoriza o controle social, ao contemplar o atendimento de direitos assegurados por lei, como a proteção ao meio ambiente, a transparência dos gastos e receitas públicas, a execução de políticas voltadas à saúde, à educação, à igualdade racial, aos direitos das crianças, dos adolescentes e das mulheres.

Outra mudança em relação ao processo de contas anuais dos executivos municipais é que ele passou a ser instruído pelos serviços de auditoria, de forma que os aspectos macro e micro de uma gestão são analisados pela mesma unidade. A visão global do órgão fiscalizado, além de qualificar a instrução técnica, permite uma avaliação mais consistente do que pode ser considerado como material, crítico e relevante, contribuindo para um planejamento mais consistente da fiscalização.

Com relação às contas especiais, são processos abertos para a análise específica de atos de microgestão potencialmente caracterizadores de irregularidades ou dano ao Erário. Alcançam todos os agentes públicos e privados cujas condutas contribuíram para determinado prejuízo ou ilegalidade. O julgamento das contas especiais poderá imputar débitos, aplicação de multas e outras penalidades.

Os processos de contas especiais não estão vinculados à anualidade para a verificação de irregularidades em atos concretos e a apuração dos danos daí decorrentes, o que cria condições mais favoráveis à contextualização dos fatos e à responsabilização dos agentes, principalmente em obras e contratos com vigência por vários exercícios.

A respeito da responsabilização de agentes, foi introduzida outra inovação importante, congruente com o advento da Lei Federal nº 13655/2018 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: os processos de controle externo que comportam aplicação de multa ou imposição de débitos passaram a contar com uma ferramenta denominada “matriz de responsabilização”, para individualizar as responsabilidades.

Ênfase no controle concomitante **previne erros e má aplicação dos recursos públicos**

Auditorias concomitantes são aquelas em que os auditores acompanham, em tempo quase real, os atos administrativos dos gestores públicos. A sabedoria popular já ensinava que ‘é melhor prevenir do que remediar’. Esse ditado se aplica perfeitamente ao modelo de atuação do TCE-RS, que privilegia o controle externo concomitante, que garante a correção da ação administrativa no momento em que ela se desenvolve, podendo evitar práticas ilegais, desvios e desperdícios na gestão dos recursos públicos.

Ao agir antes que se produzam os efeitos dos atos irregulares, assim, o TCE-RS auxilia os gestores para que os recursos disponíveis sejam utilizados com eficiência e probidade de acordo com as necessidades da população, observando-se os critérios para o controle concomitante estabelecidos pelo Plano Anual de Fiscalização (PAF).

Embora o controle concomitante seja aplicável às diferentes áreas da administração municipal e estadual, ele tem sido realizado principalmente em relação às compras públicas e licitações, em função do LicitaCon, sistema informatizado desenvolvido pelo TCE-RS para controle e monitoramento das licitações e contratos administrativos firmados pelos órgãos, poderes e entidades das esferas municipal e estadual.

O LicitaCon, aliás, um dos sistemas pioneiros no Brasil em sua temática, constitui uma referência nacional no sistema de controle externo. Atualmente, recebe uma média mensal de 7,5 mil licitações e 6 mil contratos, o que significa 341 editais e 273 contratos por dia. O sistema possui uma matriz de riscos, que, com base no cruzamento dos dados cadastrados e de fontes externas, alerta os auditores sobre os procedimentos de maior relevância e materialidade, cuja análise deve ser priorizada.

O LicitaCon é, também, uma poderosa ferramenta para o controle social. Com acesso à internet, qualquer pessoa pode consultar o LicitaCon Cidadão, obtendo as informações, dados e documentos relativos às licitações e contratos administrativos realizados. O LicitaCon Cidadão tem registrado em média 30 mil usuários e 75 mil acessos por mês.



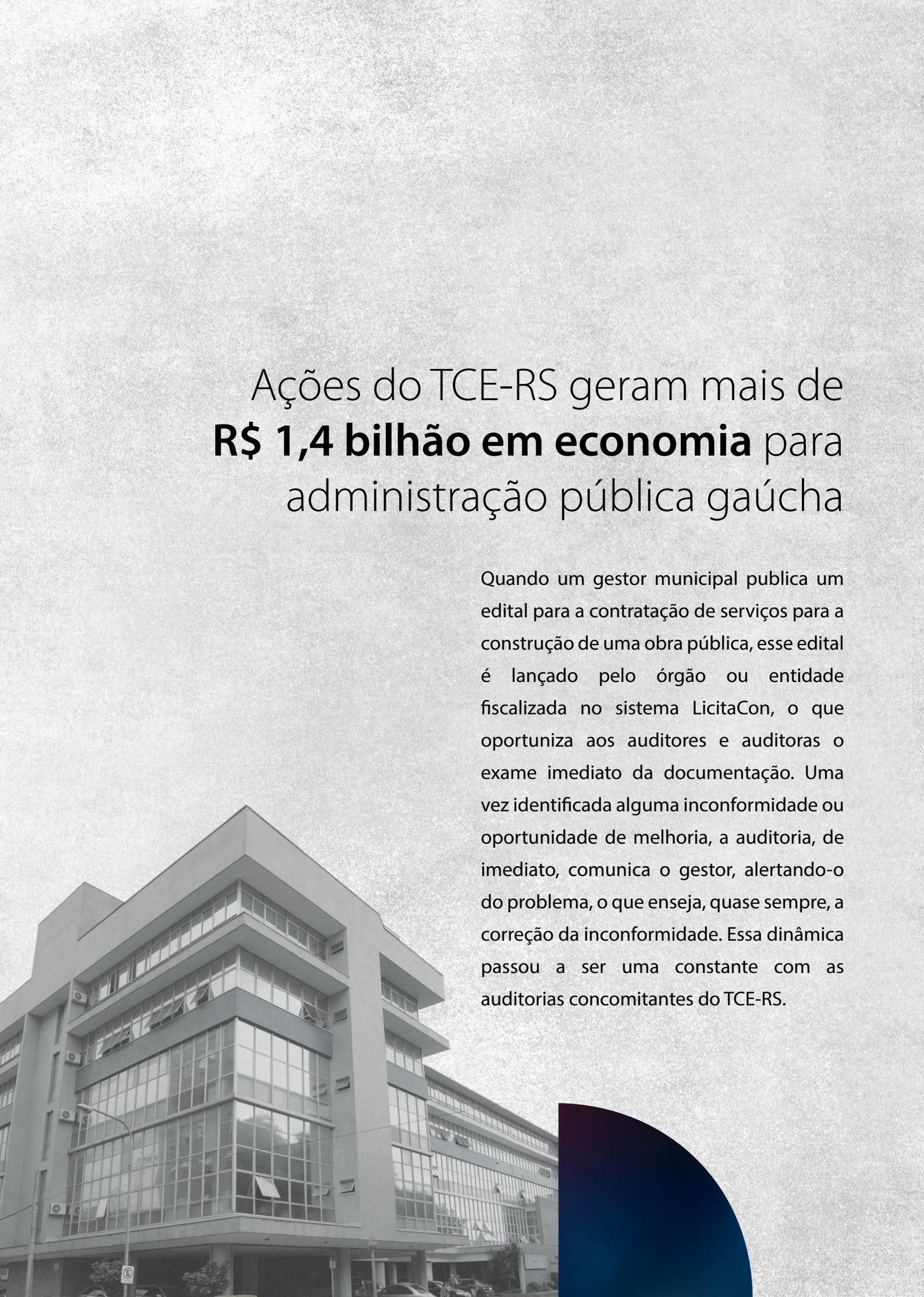
Contratações públicas são monitoradas com o auxílio do sistema LicitaCon



Acesse o [LicitaCon Cidadão](#)

Consulta de informações, dados e documentos das licitações e contratos administrativos realizados pelos órgãos públicos do Rio Grande Sul.

Tendo a vantagem dos sistemas informatizados, foi possível estabelecer critérios para medir os benefícios gerados com as auditorias concomitantes, demonstrando, em números, como a atuação do Tribunal de Contas beneficia a sociedade, garantindo que os recursos públicos sejam devidamente aplicados.



Ações do TCE-RS geram mais de **R\$ 1,4 bilhão em economia** para administração pública gaúcha

Quando um gestor municipal publica um edital para a contratação de serviços para a construção de uma obra pública, esse edital é lançado pelo órgão ou entidade fiscalizada no sistema LicitaCon, o que oportuniza aos auditores e auditoras o exame imediato da documentação. Uma vez identificada alguma inconformidade ou oportunidade de melhoria, a auditoria, de imediato, comunica o gestor, alertando-o do problema, o que enseja, quase sempre, a correção da inconformidade. Essa dinâmica passou a ser uma constante com as auditorias concomitantes do TCE-RS.

O fato de serem matérias ajustadas ou corrigidas sem tramitação em processo dificulta a quantificação desses resultados, havendo o risco de serem desconhecidos pela sociedade. Também é verdade que grande parte dos impactos positivos é inviável de ser medida: a expectativa de controle, a prevenção de desperdícios, o efeito pedagógico, o aprimoramento em atos legais e a própria redução do sentimento de impunidade dificilmente podem ser quantificáveis e apresentados de forma objetiva.

Para dar conta desta complexidade, o TCE-RS elaborou uma metodologia de registro e controle dos benefícios das ações de controle externo – disciplinada pela Instrução Normativa TCE-RS nº 04/2019 – em aderência às práticas já adotadas por outras instituições públicas e tribunais de contas no País, o que permite estimar de forma clara e objetiva o resultado positivo que o TCE-RS pode proporcionar aos cofres públicos municipais e estaduais em benefícios como correção de impropriedades, incremento de eficiência, redução de valor de contrato, redução em preço máximo de processo licitatório e aprimoramento em metodologias de estimativa de custos.

CONTROLE EXTERNO



ALGUNS EXEMPLOS DE BENEFÍCIOS:

Economia na compra de materiais de prevenção à Covid-19

A partir de reuniões técnicas com os gestores do Consórcio Público do Extremo Sul, a equipe de auditores do TCE-RS viabilizou a qualificação nos procedimentos para aquisição de materiais de prevenção à Covid-19, favorecendo a geração de economia e maior competitividade à licitação.

Por meio do Pregão Eletrônico n.º 003/2021, o Consórcio viabilizava a compra de itens diversos aos municípios integrantes, tais como máscaras, álcool em gel, tapetes sanitizantes, totens dispensadores de álcool em gel e termômetro digital. Em atuação concomitante, os auditores identificaram oportunidades de melhorias, permitindo uma redução de R\$ 239 milhões no preço máximo estabelecido para as aquisições.

Redução de preço máximo em
pregão eletrônico

R\$ 239 milhões

Melhorias no projeto de Concessão da RSC-287

O exame de forma concomitante de Concessões, Privatizações e Parcerias-Público Privadas (PPPs) estruturadas pelo poder executivo estadual ou municipal também resultou em benefícios para a administração pública e a sociedade.

Um exemplo é a atuação realizada no exame da Concessão da RSC-287: a partir de diversas reuniões técnicas e compartilhamentos de estudos junto à atual Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e à Secretaria Extraordinária de Parcerias do RS, os auditores identificaram diversas oportunidades de melhorias no projeto, com a supressão de custos na ordem aproximada de R\$ 93 milhões, aumentando a atratividade do empreendimento e preservando o interesse público. Após a publicação do edital de concessão, não foi apresentada qualquer representação e cinco empresas participaram do processo, havendo deságio de aproximadamente 53% na tarifa básica de pedágio.

Supressão de custos na
Concessão da RSC-287

R\$ 93 milhões

Redução da tarifa
básica de pedágio

53%

Identificação de inconformidades em edital para contratação de obra

A Concorrência Pública nº 03/2020 do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos de Caxias do Sul teve por objeto a contratação de empresa para a obra de reforma e ampliação da capacidade de tratamento da Estação de Tratamento de Água Dr. Celeste Gobbato no município.

Em atividade de acompanhamento, a equipe do TCE-RS identificou inconformidades no edital quanto a exigências excessivas na habilitação e sobrepreço na planilha de custos de referência. Após ser comunicada das irregularidades, a autarquia retificou o edital, gerando redução de R\$ 2.284.478,12 no valor estimado da licitação.

**Economia com a
retificação do edital**

R\$ 2 milhões

Identificação de sobrepreço em licitação para compra de pneus

O exame realizado pelos técnicos do Tribunal de Contas no edital do Pregão Eletrônico nº 11/2020, aberto pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai (CIRAU), situado em Erechim, com o objetivo de selecionar propostas para aquisição de pneus novos mediante registro de preços, indicou sobrepreço na maioria dos 100 itens da licitação. Depois de ser informado das inconformidades, o Consórcio retificou o edital, ajustando os preços de referência. Como isso, houve uma redução de R\$ 11 milhões no preço estimado inicialmente.



Ajustes nos preços de referência do edital
R\$ 11 milhões

O conjunto das ações de fiscalização realizadas pelo TCE-RS no biênio 2020-2021 (até setembro/2021) resultou numa economia de mais de um bilhão e quatrocentos milhões de reais para os cofres públicos gaúchos, conforme discriminado abaixo:

R\$ 717 milhões
Correção de irregularidades e
impropriedades

R\$ 426 milhões
Redução de preço máximo em
processo licitatório

R\$ 146 milhões
Incremento da economia, eficiência
ou eficácia

R\$ 126 milhões
Aperfeiçoamento em metodologias
de estimativa de custos

ECONOMIA OBTIDA
PELA AÇÃO DO TCE-RS
(2020-2021)

R\$ 1,4 bilhão



Nova sistemática agiliza exame de atos de pessoal e tem caráter preventivo

Outra importante área de atuação do TCE-RS é a de exame da legalidade dos atos de admissão por concurso público ou por processo seletivo público na Administração Direta e Indireta do Estado e municípios gaúchos. Também nesse caso, buscou-se obter mais agilidade, com a utilização de sistemas de informação, o que permitiu o acompanhamento dos procedimentos para a admissão de pessoal desde a publicação do edital do concurso.

Na nova sistemática, o Tribunal de Contas começa a atuar cinco dias após a publicação do edital e o relatório da auditoria é concluído tão logo se encerre a homologação do concurso ou processo seletivo. Dessa forma, as eventuais inconformidades são constatadas antes da homologação do concurso, oportunizando que a correção seja feita tempestivamente.

Já com relação aos atos de admissão, a separação da análise do edital em processo próprio, permite que a análise do ato admissional fique concentrada exclusivamente na documentação do ingressante e no respeito à ordem de classificação. Eventuais inconformidades encontradas são comunicadas em um curto período de tempo aos órgãos fiscalizados, antes que a situação esteja consolidada.

O novo Sistema Informatizado de Auditoria de Pessoal (SIAPES) já tem mostrado resultados muito positivos.

Dos 181 editais de concurso ou processo seletivo públicos examinados com essa metodologia, 78 apresentaram inconformidades que demandavam a necessidade de retificação. Após o TCE-RS comunicar aos fiscalizados as falhas encontradas e as correções necessárias, todos esses editais foram ajustados e, como consequência, considerados regulares.

Com relação aos atos de admissão, para a totalidade dos 858 atos de admissão já examinados foi sugerido o registro, sem indicação de inconformidade.

Essa mudança também permitiu uma acentuada diminuição do prazo entre a homologação do concurso e a decisão do TCE-RS, proporcionando mais segurança jurídica aos gestores. Tomando como base os atos examinados de 2010 a 2018, período em que todos os processos foram realizados no modelo anterior, o intervalo médio entre a homologação do concurso e a decisão do Tribunal era de 720 dias. Com o novo sistema, esse intervalo diminuiu para 90 dias.

Tempo entre a homologação do concurso e a decisão do TCE-RS

De 720 dias para 90 dias

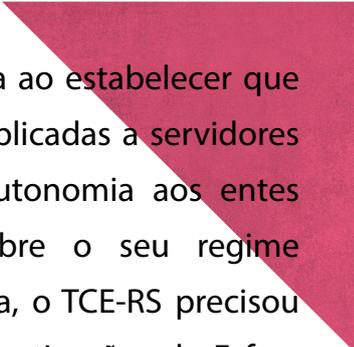
Além dos atos de admissão, o TCE-RS também realiza o exame dos atos de concessão de aposentadorias ou transferências para a reserva, fiscalização que tem gerado benefícios significativos para a administração pública. Entre 01/01/2020 a 30/09/2021, a correção de irregularidades sanáveis verificadas em processos de inativações e pensões no âmbito municipal totalizou um benefício financeiro de R\$ 72,4 milhões ao Erário. São casos em que o valor proposto no ato era superior ao legalmente devido, sendo corrigido após a intervenção do Tribunal de Contas.



Correção de irregularidades em inativações e pensões municipais

R\$ 72,4 milhões de economia aos cofres públicos

É preciso levar em conta que esse ganho de eficiência ocorreu mesmo num contexto de trabalho remoto e com uma premente necessidade de estudos e adaptações a uma série de modificações do sistema previdenciário trazidas pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Antes da edição dessa emenda, as regras estabelecidas para as inativações e pensões eram aplicáveis a todos os servidores públicos federais, estaduais e municipais filiados a regimes próprios de previdência.

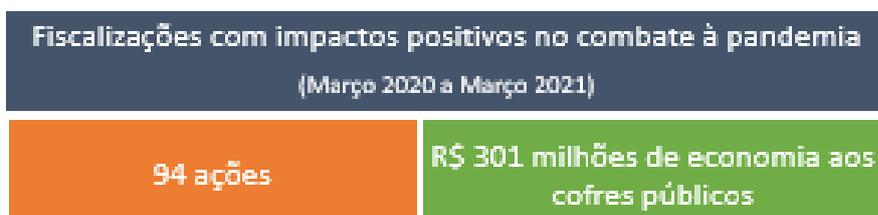


A Emenda quebrou um paradigma ao estabelecer que parte de suas regras não seriam aplicadas a servidores municipais e estaduais, dando autonomia aos entes subnacionais para disporem sobre o seu regime previdenciário. Com essa mudança, o TCE-RS precisou adaptar o Sistema de Pensões e Inativações da Esfera Municipal (SAPIEM) para adequar-se às normas de aplicabilidade imediata trazidas pela emenda reformadora de 2019, e também às inúmeras novas regras permanentes e de natureza transitória.

Fiscalização dos gastos com saúde e enfrentamento à pandemia: **benefícios à sociedade e maior transparência**

Na realidade pandêmica, o TCE-RS desenvolveu ações de controle preventivo que contribuíram para que as ações dos administradores públicos no combate à pandemia estivessem de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Como resultado dessas ações fiscalizatórias, o controle externo oportunizou aos gestores públicos a implementação de melhorias em diversos itens relacionados à saúde pública, como aquisição de máscaras, compra de medicamentos, testes de Covid-19 e contratação de serviços médicos.



ANÁLISE DE REPASSE FEDERAL

Outra ação importante do TCE-RS foi a análise do repasse federal de R\$ 3,01 bilhões recebidos pelo Estado em 2020 de forma extraordinária, para mitigar os impactos da pandemia. O estudo demonstrou que os recursos repassados pela União ao Governo Estadual para o enfrentamento à Covid-19 foram aplicados de acordo com a destinação prevista



Notícia na mídia:

Estudo do TCE-RS mostra que RS aplicou R\$ 867,7 milhões enviados pelo governo federal em saúde na pandemia

União repassou, entre abril de 2020 e janeiro de 2021, R\$ 3,01 bilhões extras. Mais de R\$ 2,07 bilhões de livre aplicação são reposição às perdas em arrecadação previstas em lei.

INVESTIGAÇÕES EM PARCERIA COM OUTROS ÓRGÃOS

O Tribunal de Contas empreendeu também ações em conjunto com outras instituições de controle, como a “Operação Camilo”, que foi resultado de uma força-tarefa integrada pelo TCE-RS, Ministério Público Estadual, Polícia Federal, Controladoria Geral da União, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Foi a partir do trabalho dos auditores do TCE-RS que a investigação apurou crimes de fraude à licitação, peculato, corrupção passiva, organização criminosa, ocultação de bens, crime de responsabilidade e desobediência envolvendo a Prefeitura de Rio Pardo, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e empresas terceirizadas. O prejuízo estimado foi superior a R\$ 15 milhões em recursos da saúde, repassados pela União e pelo Estado.

2

Tecnologia e **inovação**



A Supervisão de Informática (SINF), que em 2020 passou a ser subordinada diretamente à Presidência, teve de agir rapidamente para possibilitar que as atividades do TCE-RS fossem minimamente impactadas pela necessidade do distanciamento social. Dentre estas ações destacam-se a ampliação de links de comunicação, a instalação de novos servidores para o acesso remoto, a contratação emergencial de serviço de videoconferência visando possibilitar a realização de sessões plenárias e reuniões, adaptação de vários sistemas para oferecerem uma melhor experiência no uso através do acesso remoto e todo o suporte necessário a magistrados e servidores para se adaptarem ao trabalho remoto.

Paralelo a isso, A SINF continuou conduzindo os projetos já previstos como a implantação de infraestrutura de *bigdata* baseada em tecnologia *hadoop* com a finalidade de apoiar as atividades do CGEX, recebimento de novos equipamentos adquiridos, implantação de nova solução de segurança perimetral, condução das atividades de desenvolvimento de sistemas em todos os projetos e ações estratégicas priorizados pela gestão e implantação de nova infraestrutura de bancos de dados para ampliar sua capacidade de armazenamento e processamento de informações, assim como aquisição de novos servidores e memórias a fim de suportar a crescente demanda de processamento e aquisição de novos notebooks e minideSKTOPs.

A partir da disponibilidade de grande volume de dados oriundos de bases próprias, públicas e obtidas a partir de termos de cooperação, o TCE-RS desenvolveu sistemas e criou robôs capazes de processar grande volume de dados a fim de gerar informação e conhecimento, colaborando para o aperfeiçoamento e racionalização dos processos de fiscalização e acompanhamento dos atos administrativos.

Alguns desses sistemas e ferramentas estão ancorados em recursos de inteligência artificial, tornando as atividades mais céleres e econômicas e permitindo que o controle ocorra quase em tempo real. O avanço do desenvolvimento das ferramentas foi possível graças ao investimento em infraestrutura tecnológica por parte do TCE-RS e pela existência de bases de dados estruturadas, tais como o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC) e o LicitaCon.

Descrição sintética das
**ferramentas desenvolvidas
recentemente**



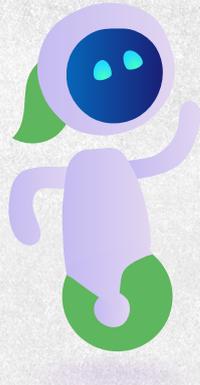
Robô ÍCARO



Identificação de Comportamento Atípico na Aplicação de Recursos Orçamentários

Analisa as despesas dos entes fiscalizados e emite alertas automáticos aos auditores, quando identificado comportamento atípico na execução dessas despesas.

Robô RAQUEL



Revisão Automática da Quebra de Uniformidade em Empenhos e Liquidações

Valida os dados enviados pelos órgãos fiscalizados municipais via Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas/ Programa Autenticador de Dados (SIAPC/PAD) e identifica a ocorrência de alterações orçamentárias entre as diferentes remessas.

Robô LAÍS



Licitacon Análise de Indícios de Sobrepreço

Integrado ao sistema LicitaCon, auxilia os auditores na pesquisa de preços de referência e na comparação destes com os preços estimados e contratados pelos órgãos fiscalizados.

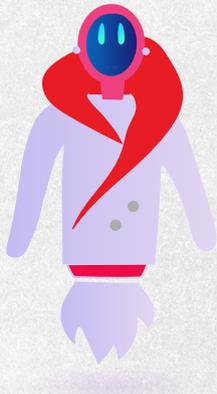
TECNOLOGIA



Robô LÍDIA

Leitor de Informação de Diários

A partir da utilização de conceito de inteligência artificial, identifica processos licitatórios ou contratações publicadas em diários oficiais e portais de compras públicas que não estejam cadastradas no LicitaCon.



Robô RIANNA

Relatório de Índícios para Auditoria com base em Notas Fiscais com Numeração Atípica

Identifica a emissão de notas fiscais com numeração atípica contra órgãos públicos, como possível indício de irregularidade em contratações de empresas em início da atividade ou exercendo atividades de forma esporádica.

Notícia na mídia:

"Robôs" elevam controle e otimizam o gasto público

Com cinco sistemas, TCE-RS conseguiu corrigir valores e identificar possíveis irregularidades, gerando economia de R\$ 600 milhões.

INOVAÇÃO



Transparência,
Capacitação e
Controle Social

3



Ao longo destes dois anos, o TCE-RS desenvolveu uma atuação conectada com a sociedade civil, com destaque para as universidades e os movimentos sociais. A partir dos resultados do estudo do Grupo de Trabalho criado para tratar da articulação institucional do TCE-RS com o Controle Social, várias foram as iniciativas de aprimoramento do diálogo do Tribunal com os conselhos sociais e de fortalecimento dessa importante ferramenta da cidadania. Dentre essas iniciativas, destacamos o Plano de Participação Social, por meio do qual foram realizadas ações de diálogo, formação, reflexão e disponibilização de informações sobre importantes políticas públicas.

A partir das informações coletadas no processo de contas, o TCE-RS passou a dispor de uma base de dados inédita a respeito das gestões municipais, o que redundou na 1ª Pesquisa Sobre a Gestão Municipal com relatórios específicos sobre a realidade dos Orçamentos Municipais, a situação dos Regimes Próprios de Previdência, o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, o funcionamento dos Conselhos Sociais e a Gestão Ambiental.

O TCE-RS também avançou na transparência, seja internamente no que diz respeito às suas responsabilidades de disponibilização das informações de natureza pública, quanto no que concerne à fiscalização sobre os gestores públicos. Especial destaque nesse ponto deve ser dado ao lançamento do novo Portal do TCE-RS, mais acessível e amigável, com três interfaces de acesso e vários melhoramentos aos usuários.

Ainda no que se refere às relações com o público, registramos a importância do Trabalho desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Social (ACS), seja no que diz respeito à divulgação das decisões e iniciativas do TCE-RS, seja na comunicação interna. Os resultados alcançados, que reforçaram a imagem do TCE-RS na opinião pública, podem ser ilustrados, entre outros dados, pelo indicador de desempenho do setor com um índice de 93,3% de matérias positivas na mídia (segundo levantamento da empresa CWA responsável pela clipagem institucional) no mês de outubro de 2021, um dos mais altos desde que se iniciou essa medição.

Assinale-se, também, a importância do trabalho desenvolvido pela Ouvidoria do TCE-RS que segue qualificando o fluxo de informações e as providências demandadas frente às denúncias encaminhadas pela cidadania.

Na área de capacitação dos servidores e oferta de atividades de formação ao público, o biênio foi marcado por uma intensa agenda de eventos realizada pela Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena (ESGC), o que oportunizou o debate de temas relevantes em sintonia com os grandes desafios nacionais em torno de políticas públicas, legislação, sistema de controle externo, ciência e cultura.

Identificados pontos de melhorias para os **Conselhos Sociais nos Municípios**

O TCE-RS concedeu especial atenção ao controle social, buscando contribuir para o aprimoramento dos conselhos sociais. Com base em questionários enviados aos executivos municipais, foi possível visualizar o cenário em que se encontra o controle social no Estado do RS.

Verificou-se que, dentre os conselhos pesquisados, os conselhos Tutelar, de Saúde, Assistência Social, Educação, Direitos da Criança e do Adolescente e Meio Ambiente estão presentes na quase totalidade dos municípios, demonstrando sua consolidação junto à sociedade e às administrações municipais. Identificamos, entretanto, diversas oportunidades de melhoria, entre elas a necessidade de:

Regulamentar o funcionamento dos Conselhos em regimento interno;

Garantir que a sociedade seja representada em no mínimo 50% das vagas, para efetiva paridade com órgãos governamentais;

Oferecer infraestrutura adequada para o funcionamento dos Conselhos; e

Garantir recursos para as despesas fundamentais desses colegiados.

Verificamos, também, que os conselhos de Políticas para as Mulheres e de Saneamento Básico têm presença ainda reduzida no cenário gaúcho, tendo sido criados por cerca de apenas 20% dos Municípios. Nesses dois casos, além da necessidade de implementar as melhorias já citadas, é imperioso que mais Municípios criem essas estruturas, seja para desenvolver políticas eficientes de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, sejam para propiciar – no caso dos conselhos de saneamento - o recebimento de recursos federais com o objetivo de universalizar o fornecimento de água potável e a coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.

Por fim, identificamos que o conselho de Igualdade Racial foi criado por somente 15 Municípios gaúchos (5%), sendo necessária uma ampla mobilização no sentido de estimular a criação e a estruturação desses colegiados, fundamentais para o combate ao racismo estrutural.

CONTROLE SOCIAL





Conselhos Municipais presentes no RS

Em todos os Municípios: Conselho Tutelar

Na maior parte: Saúde
Assistência Social
Educação
Direitos da Criança e do Adolescente
Meio Ambiente

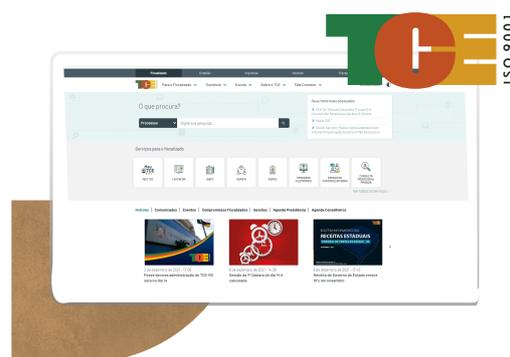
Abaixo de 20% Políticas para as Mulheres
Saneamento Básico

Abaixo de 5% Igualdade Racial

TCE-RS é nota 10 no ranking da Transparência Brasil

Em 2021, o Tribunal de Contas do Estado do RS atingiu a nota máxima no ranking elaborado pela ONG Transparência Brasil para avaliar a transparência e a qualidade dos dados dos tribunais de contas estaduais e municipais brasileiros, especificamente no que se refere a contratos de alimentação escolar. Foram avaliados tanto os dados fornecidos pelos Tribunais de Contas pela via da transparência passiva, quanto aqueles já publicados pelos órgãos de controle em transparência ativa.

De um universo de 32 tribunais de contas avaliados pela ONG Transparência Brasil, apenas os do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso e Pará foram capazes de atender a todas as condições básicas de transparência.



Portal Dados Abertos

Para aumentar a transparência, a colaboração e a participação dos cidadãos nas políticas e ações de governo, o TCE-RS disponibiliza dados recebidos dos órgãos fiscalizados no Portal Dados Abertos que podem ser utilizados livremente e redistribuídos por e para qualquer pessoa.

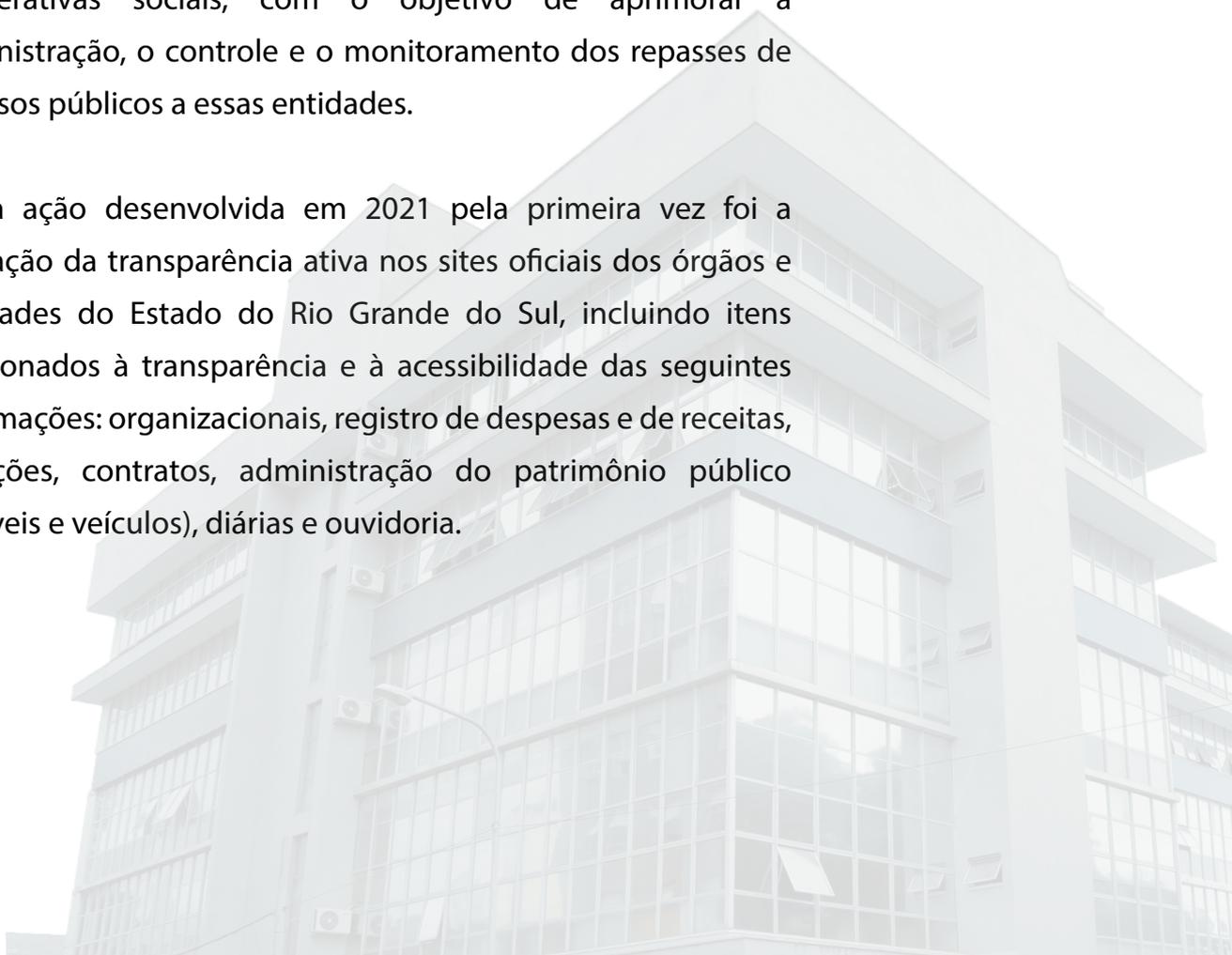
<http://dados.tce.rs.gov.br/>



Avaliação da transparência da gestão pública pelo TCE-RS fortalece o controle social

Desde 2012, o TCE-RS tem atuado fortemente na avaliação dos portais de transparência dos municípios gaúchos. Em 2021, além das análises que tradicionalmente vinham sendo feitas e da avaliação da transparência da vacinação contra a Covid-19, já mencionada, o Tribunal de Contas ampliou o escopo da análise, incorporando o exame da transparência dos repasses às Organizações da Sociedade Civil (OSC), entidades sem fins lucrativos, constituídas sob natureza jurídica de associações privadas, fundações privadas, organizações religiosas ou cooperativas sociais, com o objetivo de aprimorar a administração, o controle e o monitoramento dos repasses de recursos públicos a essas entidades.

Outra ação desenvolvida em 2021 pela primeira vez foi a avaliação da transparência ativa nos sites oficiais dos órgãos e entidades do Estado do Rio Grande do Sul, incluindo itens relacionados à transparência e à acessibilidade das seguintes informações: organizacionais, registro de despesas e de receitas, licitações, contratos, administração do patrimônio público (imóveis e veículos), diárias e ouvidoria.



Ainda na área estadual, merece destaque o monitoramento dos ingressos no tesouro, dados que resultam na elaboração diária do Boletim Informativo das Receitas Estaduais, encaminhado aos demais poderes do Estado. A versão completa demonstra a variação de ingresso dos impostos, transferências e demais grupos de receitas, e uma versão sintética é publicada no Portal do TCE-RS no início de cada mês, bem como veiculada nos principais canais de notícias do estado, ampliando a transparência sobre as receitas do Poder Executivo Estadual.



Boletins Informativos das Receitas Estaduais



Notícia na mídia:

Receita estadual mantém tendência de crescimento



Transparência da Vacinação

Ainda com relação à pandemia, o TCE-RS realizou a Avaliação da Transparência da Vacinação Covid-19, fiscalizando como os executivos municipais e estadual divulgavam as informações relativas à vacinação contra a Covid-19 em seus sites institucionais ou portais.

Inicialmente, a pontuação média dos Municípios gaúchos, em uma escala de 0 a 10, havia ficado em 3,4 (percentual de atendimento de apenas 34% dos critérios avaliados). Após o período concedido para ajustes, a pontuação média geral dos municípios subiu para 7,2 (72% de atendimento aos critérios avaliados). Essa experiência, que contou com estratégia específica da área de comunicação social do TCE-RS, evidencia o poder indutor da atuação do TCE-RS que provocou a melhora dos indicadores de desempenho dos órgãos fiscalizados.



Relatório da transparência da
vacinação e materiais
complementares



Notícia na mídia:

Após relatório do TCE-RS, 88% dos municípios do RS melhoram transparência sobre dados da vacinação contra a Covid

No relatório de agosto, 60% das cidades não divulgavam corretamente informações públicas. Em setembro, 88% melhoraram a transparência.



Informações coletadas nos processos de contas em 2020 dão origem a diagnósticos sobre a gestão municipal

As informações coletadas para os processos de contas anuais dos prefeitos municipais do exercício de 2020 formam uma extraordinária fonte de dados que permitiram a elaboração de diagnósticos sobre importantes áreas da gestão municipal:

Orçamentos
Públicos
Municipais

Gestão dos
Regimes Próprios
de Previdência

Educação

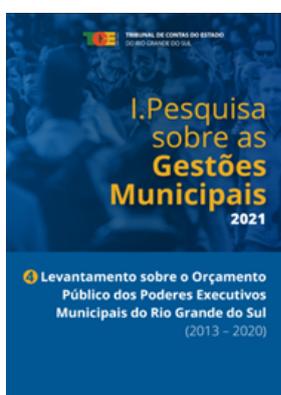
Meio Ambiente e
Saneamento
Básico

ORÇAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

O objetivo do estudo foi a elaboração de um diagnóstico sobre o orçamento público municipal, aumentando a compreensão dos diversos atores a respeito do comportamento histórico das receitas e despesas públicas, gerando informação útil a partir da vasta base de dados do TCE-RS e do novo relatório de contas anuais, inaugurado a partir do exercício de 2020 para as prefeituras gaúchas.

Receitas: em que pese a composição da matriz econômica e os desafios inerentes a cada ente nacional, observa-se especial espaço para ações de melhoria na arrecadação municipal, sobretudo nos impostos incidentes sobre a propriedade. Neles, medidas como a atualização da planta de valores e o constante cadastramento imobiliário permitem a melhor distribuição do ônus tributário em direção àqueles que mais possuem capacidade econômica, contribuindo, assim, para aumentar a justiça fiscal.

Despesas: constatou-se que o crescimento ocorreu em proporções diferentes conforme o recorte populacional: municípios de porte mais elevado – população superior a 100 mil habitantes – foram os que apresentaram menores variações. Os municípios situados na faixa de 20 mil a 100 mil habitantes foram os que apresentaram maiores elevações – com crescimento total no período superior a 30%.



Levantamento sobre Orçamentos Públicos



Notícia:

TCE-RS apresenta radiografia dos orçamentos públicos municipais

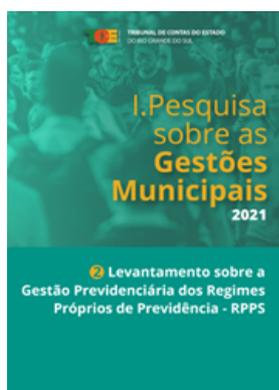


GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

O estudo demonstrou que 331 municípios gaúchos criaram regimes próprios de previdência, o que representa 66,6% da totalidade. Os dados apurados comprovam que a situação atual desses regimes previdenciários necessita de uma melhoria em sua gestão, para que seja possível a garantia dos compromissos assumidos com os servidores.

No levantamento da evolução do resultado atuarial, apurou-se um aumento de 1,94% do déficit atuarial total desses RPPS quando comparado o resultado apresentado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) de 2020 e 2021. Considerando a data base de 31/12/2020, os RPPS gaúchos apresentam um desequilíbrio atuarial negativo na ordem de R\$ 33.351.988,31, resultado da diferença de um total de Ativos Garantidores de R\$ 23.052.909.028,81 e de um Passivo Atuarial de R\$ 56.404.362.017,12.

Outra constatação foi que 283 regimes próprios apresentaram um Índice de Cobertura Atuarial menor do que 1, significando que os recursos acumulados não são suficientes para cobrir suas Provisões Matemáticas Totais.



Levantamento sobre Gestão Previdenciária



Notícia:

TCE divulga estudo sobre Regimes Próprios de Previdência dos Municípios gaúchos



GESTÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE

O levantamento sobre o Meio Ambiente, estruturado a partir das respostas de 481 municípios gaúchos a um questionário que integra o processo de contas anuais, foi dividido em dois eixos: gestão ambiental e saneamento básico.

Esse estudo permitiu identificar, entre outros temas, os seguintes:

Deficiências

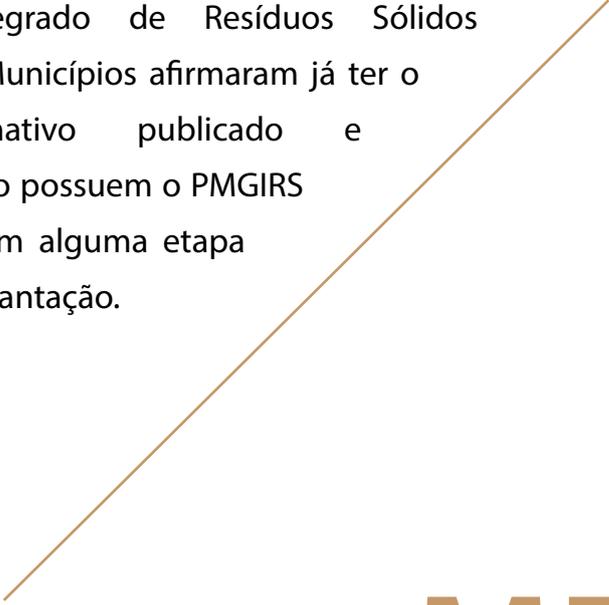
- 95% dos Municípios não aplicam os recursos de compensação ambiental em Unidades de Conservação;
- 94% não realizam o monitoramento de indicadores ambientais e avaliação de série histórica;
- 91% não promovem articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PMMA.

Resultados positivos

- 99% dos Municípios realizam procedimentos de licenciamento ambiental de atividades de impacto local;
- 92% possuem Fundo Municipal de Meio Ambiente formalmente constituído;
- 76% possuem unidade administrativa dedicada exclusivamente ao tratamento de questões ambientais, com foco no controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local.

Outro dado relevante apurado é que, dos Municípios localizados em zona de Mata Atlântica, 35% não possuem convênio para o licenciamento de manejo ou corte de vegetação nativa de Mata Atlântica. A pesquisa permitiu concluir que os municípios de grande porte, com mais de 150 mil habitantes, têm maior tendência a cumprir os requisitos analisados. Dos 330 municípios do RS com menos de 10 mil habitantes, em somente 27 os executivos atendem à maior parte dos quesitos vinculados à Política Municipal de Meio Ambiente.

Quanto à existência de um Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS), 69% dos Municípios afirmaram já ter o instrumento normativo publicado e promulgado, 11% não possuem o PMGIRS e os demais estão em alguma etapa intermediária de implantação.



MEIO AMBIENTE

A análise da coleta seletiva mostrou que 190 Municípios (38%) possuem o serviço, atendendo a todo o território. Outros 135 (27%) informaram que possuem a coleta seletiva, mas de forma parcial, e em 153 (31%) não há coleta seletiva regularmente implementada.

85% dos Municípios informaram possuir Plano Municipal de Saneamento Básico, mas apenas 1% dos Municípios possuem rede de esgotamento sanitário cobrindo toda área urbana.



Levantamento sobre Meio Ambiente e Saneamento Básico



Notícia:

Estudo do TCE-RS mapeia gestão ambiental nos municípios



EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

Com base nos dados populacionais estratificados, coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos microdados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), coletados por meio do Censo Escolar e em questionários encaminhados aos executivos municipais, foi elaborado um diagnóstico sobre a situação da educação nos Municípios gaúchos.

O objetivo é fornecer subsídio para a tomada de decisão de gestores e contribuir para a definição de ações de controle sobre o tema, de modo que se privilegie atuação efetiva em prol da sociedade rio-grandense.

Foram identificadas fragilidades nos sistemas educacionais municipais, como:

Apenas 25 Municípios (5,03%) atingiram, em 2019, as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do ensino fundamental;

Nenhum Município do Rio Grande do Sul assegurou que todos os professores e professoras dos anos finais do ensino fundamental possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam; e

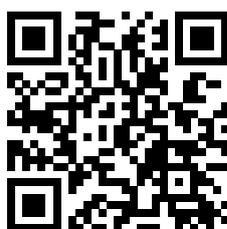
Somente quatro Municípios (0,80%) garantiram a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação.

Com relação ao atendimento de metas de competência compartilhada do PNE, identificamos que, no Rio Grande do Sul, em 2020, apenas 2,8% das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio eram integradas à educação profissional, o que permite antever dificuldades para o atingimento da meta de 25% até 2024.

Verificou-se, também, que apenas três Municípios (0,6%) realizam 100% do provimento dos diretores escolares por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.



Levantamento
sobre Educação



Ouvidoria recebe mais de 13 mil manifestações

A Ouvidoria é mais um canal de comunicação do Tribunal de Contas à disposição da cidadania, dos órgãos fiscalizados e dos demais interessados, para comunicação de denúncias, irregularidades, fraudes, críticas, sugestões, informações sobre atos de agentes públicos, ou sobre os serviços por eles prestados, nas esferas estadual e municipal.

Após analisar as demandas que recebe, a Ouvidoria as encaminha às áreas responsáveis, diligenciando para que todas sejam verificadas por meio de processo de auditoria mediante verificação das Unidades de Controle Interno dos órgãos fiscalizados e respondidas ao demandante.

O que esperar da Ouvidoria do Tribunal de Contas:

Escuta atenta, receptiva e imparcial sobre a denúncia ou demanda apresentada;

Confidencialidade e sigiloso no recebimento, tratamento da denúncia ou demanda, bem como nas orientações eventualmente fornecidas;

Verificação e identificação das alternativas ou possíveis opções para avanço na demanda ou questão apresentada;

Acolhimento de denúncias, em caráter anônimo ou não, para questões atinentes aos atos administrativos cometidos por agentes públicos fiscalizados pelo Tribunal de Contas ou sobre os serviços por ele prestados, tanto da esfera estadual como municipal;

Encaminhamento para apuração – da veracidade – das denúncias ou demandas recebidas, informando posteriormente aos demandantes o resultado da averiguação ou outras providências cabíveis.

Como entrar em contato

<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/>

ouvidoria@tce.rs.gov.br

Disque Ouvidoria (para informações)
0800-541 98 00

Correio Postal - Ouvidoria do Tribunal de Contas
Rua Sete de Setembro nº 388/3º andar
Centro – Porto Alegre – RS – Brasil, CEP 90.010-190

Atividades da Ouvidoria

13.048 manifestações recebidas

12.337 analisadas

2.884 manifestações resultaram em
itens a auditar

Período: 01/01/2020 a 31/10/201



Webconferências e eventos online ampliam acesso às capacitações e debates

A Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena (ESGC), órgão de educação corporativa do TCE-RS, tem como finalidade a capacitação de agentes públicos integrantes do corpo técnico do Tribunal e dos órgãos fiscalizados nas esferas Estadual e Municipal e de outros segmentos da sociedade.

Por conta da pandemia, os eventos promovidos pela Escola do TCE-RS passaram a ser transmitidos pelo canal oficial do Tribunal no YouTube (<https://www.youtube.com/tcegaucho>), o que ampliou significativamente a participação nos cursos, debates e seminários.

Em pouco mais de um ano e meio, já são mais de 8,5 mil inscritos no canal e um total de 202 mil visualizações dos vídeos de eventos de caráter educacional.

No período que iniciou em março de 2020, a ESGC organizou **124 eventos virtuais** sobre temas variados: antirracismo, geração de renda, reforma tributária, políticas públicas para mulheres, saúde mental, políticas públicas na área de educação e saúde, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), controle social, entre outros.

124 Lives, sendo 4 eventos internacionais
546 participantes
202 mil visualizações

**Catálogo das
Webconferências**
disponibilizadas no canal do
Youtube em 2020-2021



Eventos internacionais do TCE-RS promovem debates com países do Mercosul e da Europa

O TCE-RS realizou, através de sua Escola de Gestão e Controle, quatro grandes eventos internacionais no biênio 2020 e 2021:



O Seminário Luso-Brasileiro do Direito da Emergência ocorreu em 10 de dezembro de 2020 e teve como objetivo central debater a situação de crise sanitária ocasionada pela pandemia sob o olhar do direito de emergência no Brasil e em Portugal, com abrangência em vários ramos da ciência jurídica: ambiental, administrativo, constitucional, financeiro, dentre outros.



Nos dias 03, 04 e 05 de maio de 2021, tivemos a VI Cátedra Guillermo O'Donnell Brasil/México: Triunfos, derrotas e crise da democracia: balanço de uma década. O encontro propiciou um balanço dos regimes democráticos e suas instituições na última década, debatendo a importância do controle dos gastos públicos para atestar a qualidade da democracia e promover o exercício da cidadania. Participaram do evento representantes dos seguintes países: Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, México e Uruguai.





O I Fórum Internacional de Auditoria do Setor Público - Fiscalização das Ações de Combate à Covid-19 aconteceu nos dias 24 e 25 de junho de 2021 e objetivou dar visibilidade aos esforços empreendidos pelos órgãos de controle de diversos países na fiscalização dos recursos públicos no enfrentamento da pandemia pela Covid-19. Teve a participação de organizações internacionais – AFROSAI, OLACEFS, EURORAI e EUROSAI; de representantes de Tribunais de Contas do Mercosul – Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil; e da Europa – Portugal e Espanha.



Em 3 e 4 de dezembro deste ano, o TCE-RS promoveu o “Seminário Internacional Mudanças Climáticas sob a perspectiva dos ODS da Agenda 2030 da ONU”. A atividade contou com a participação especial da liderança indígena do povo Paiter Suruí, Txai Suruí. Fundadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia e integrante da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que atua há mais de 20 anos com diversos povos de toda a Amazônia, Txai Suruí chamou a atenção da comunidade internacional como única brasileira a discursar na abertura da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26).



Novos Cursos EAD oferecem capacitação para público interno e externo

A produção de novos cursos em EAD para o público interno e externo do TCE-RS também teve destaque, com o lançamento do Curso para Conselheiros Tutelares, em 2020, com 412 participantes, o Curso Básico de Atuária Aplicada ao RPPS e o Curso sobre o Sistema SAPIEM, com 981 e 240 participantes, respectivamente, lançados em 2021.

Ocorreu, ainda, a abertura de novas turmas e edições dos cursos em EAD:

- Controle Interno Municipal - Estudos e Casos Práticos - 3ª edição
 - Capacitação de Controles Internos sobre a Lei Anticorrupção
 - Ouvidorias Públicas na Lei nº 13.460/2017
 - Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - 2ª Edição
 - Fiscalização da Aplicação do Art. 26-A da LDBEN na Educação - 2ª edição
 - Microsoft Excel Básico
 - Curso de Português e Redação Administrativa – 2ª Edição
- 

Merece destaque o Curso de Elaboração do Relatório de Contas, capacitação voltada para o público interno, especialmente para os auditores que atuam na área técnica do TCE-RS. O curso em EAD tem carga horária de 70 horas, com atividades assíncronas e utilização de fórum para elucidar dúvidas com os instrutores, todos servidores que atuam na área técnica. A edição de 2021 ocorreu de 26 de abril a 07 de maio.

Público interno

- 44 capacitações
- 3.379 participações

Público externo

- 77 capacitações
- 22.369 pessoas alcançadas

EAD da Escola
de Gestão



4

Sustentabilidade



A sustentabilidade é um compromisso que perpassa as atividades desenvolvidas pelo TCE-RS a partir de dezembro de 2003, por meio da Resolução n. 648/2003, norma que introduziu a análise da defesa e preservação do meio ambiente nos procedimentos de auditoria em todos os órgãos e entes sob a jurisdição do Tribunal.

Ao longo do tempo, foram realizadas diversas ações envolvendo a temática ambiental, como os trabalhos de fiscalização pedagógicos desenvolvidos para oferecer subsídios aos gestores públicos, como a "Pesquisa Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos".



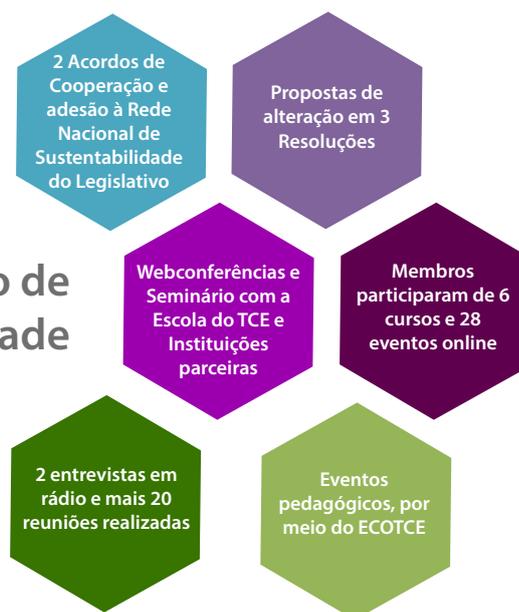
Comissão de Sustentabilidade do TCE-RS



Em 2020, foi criada a Comissão de Sustentabilidade para atender ao propósito de definir as diretrizes de atuação do TCE-RS na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que integram a Agenda 2030 estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com prioridade às dimensões ambiental e ecológica, em conexão com as dimensões social, econômica, fiscal e, mais recentemente, com a dimensão tecnológica ou digital.

Inicialmente, a Comissão teve seu foco na proposição de resolução para orientar a fiscalização das principais leis ambientais pelo Tribunal de Contas; para a promoção de eventos sobre sustentabilidade na busca de ações de implementação dos ODS no âmbito interno e externo, junto a outras instituições e aos gestores públicos. A Comissão também atuou no monitoramento da nova Lei de Licitações no que tange aos seus aspectos de sustentabilidade.

Atuação da Comissão de Sustentabilidade



Dada a magnitude do que propõe a Agenda da ONU para 2030, a adesão do Brasil aos 17 ODS, seus desdobramentos em 169 metas e inúmeros indicadores (alguns ainda em construção), a atuação da Comissão foi reformulada para agir de maneira complementar e ampliando ações, com amparo nos conhecimentos obtidos nas ações pedagógicas, troca de informações com outras instituições (parceria firmada com a Rede Legislativo Sustentável, também com a participação do TCU e vários outros Tribunais de Contas, reuniões com equipe do IRB, TCE-RS/SP, TCE-RS/PR, TCU, dentre outras instituições).

Pesquisa mapeia iniciativas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em instituições públicas

A pesquisa de diagnóstico acerca da Agenda 2030 foi uma das ações propostas pela Comissão de Sustentabilidade e teve como objetivo verificar a aderência dos Tribunais de Contas, Ministérios Públicos de Contas e outras instituições acerca dos objetivos sustentáveis ou áreas temáticas correlatas ao tema, bem como verificar os principais instrumentos utilizados para a implementação dos temas/ODS. Além disso, o levantamento permitiu identificar espaços para fortalecimento de parcerias para implementação dos objetivos, medida que vai ao encontro do disposto no ODS 17 e, por consequência, dos demais.



<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/temas-especiais/resultado-pesquisa-adesao-agenda-2030/>



Especialistas debatem papel dos tribunais de contas na fiscalização dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

O TCE-RS realizou, em maio de 2021, em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB), com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e com a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), a webconferência “Atuação dos Tribunais de Contas na implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na tutela do Meio Ambiente”.



ODS

A atividade contou com a participação, como debatedores, da assessora de Desenvolvimento Territorial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ieva Lazareviciute; da coordenadora do Observatório do Futuro do TCE-SP, Manuela Prado Leitão; da técnica de Controle do TCE-PR, Adriana Lima Domingos; e do auditor do TCE-PR, Nelson Granato.

A mediação ficou a cargo da conselheira substituta do TCE-RS Letícia Ayres Ramos e contou com a presença da presidente da Comissão de Sustentabilidade do TCE-RS e diretora de Controle Externo da Audicon, conselheira substituta Daniela Zago, além do presidente do TCE-RS, conselheiro Estilac Xavier.



<https://www.youtube.com/watch?v=1wETKroS2xs>



Especialistas debatem papel dos tribunais de contas na fiscalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do meio ambiente



SUSTEN TABILIDADE

Energia solar no prédio do Tribunal é uma das iniciativas do ECOTCE-RS

Começou a operar, em maio de 2021, o Sistema de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica do TCE-RS. O sistema, conectado à rede da CEEE, é composto por 228 painéis fotovoltaicos de 440w, que ocupam uma área de 507,3 m² na cobertura do prédio sede, que deverão gerar, anualmente, 134 mil kw de potência, suprimindo cerca de 25% da carga elétrica utilizada no prédio sede do Órgão de controle e reduzindo substancialmente a despesa com energia. A vida útil estimada do sistema é de 25 anos.

TCE-RS intensificará medidas em atenção
às mudanças climáticas



TCE-RS apoia Ecofeira Lixo Zero
Porto Alegre



Ações e alguns dos conteúdos produzidos



“Esse evento se dá num momento importante para o mundo, para o nosso Tribunal e para todas as instituições. No Brasil, o tema ambiental tem sido negligenciado. Do ano passado para cá, o desmatamento da Amazônia foi 41% maior do que em anos anteriores. Por isso, esse evento é ainda mais significativo. O TCE-RS quer se associar a todos os órgãos que querem tratar da questão ambiental e consolidar uma política de Estado” - Estilac Xavier, Presidente do TCE-RS



Realizado com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), do Colégio Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), do Centro de Estudos de Direito Municipal (Cedim) da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre, da Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul (Ajufergs), e da Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul (Esmafers).



Curso EAD



“Auditoria, Políticas Públicas e Agenda 2030”

Livro sobre ODS

Conselheiras substitutas e
auditoras do TCE-RS lançam
livro sobre Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável



Live de pré-lançamento do
livro "Políticas Públicas e os
ODS da Agenda 2030"



5

Cidadania e democracia



O TCE-RS, por meio de seu presidente e conselheiros, posicionou-se em defesa da democracia, da Constituição Federal e das instituições democráticas em diversos momentos nesta gestão.

Em abril de 2020, após atos contra o STF, o Congresso, à imprensa, às universidades e, portanto, à democracia, o TCE-RS emitiu nota oficial, reafirmando seu compromisso com a ordem constitucional e o regime democrático. princípio claramente expresso na Carta de Foz do Iguaçu, 2019, na qual os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios reafirmam “a intransigente defesa do Estado Democrático de Direito, o inafastável respeito à Constituição, às leis e às instituições, o respeito ao livre exercício das funções dos agentes do Estado e à liberdade de imprensa”, afirmou o presidente, no documento.



Em maio de 2021, o presidente do TCE-RS informou, em sessão, sobre o envio de ofício ao Congresso Nacional, manifestando a preocupação do TCE-RS quanto ao Veto nº 13/2021, e solicitando a sua manutenção. Trata-se de veto apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 559 de 2013 (nº 6.814/2017, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado como PL nº 4.253/2020), que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



Em agosto de 2021, também durante Sessão Plenária, o presidente expressou preocupação diante do pedido de impedimento apresentado ao Senado Federal pelo presidente da República, contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o que o levou a fazer contato com os presidentes do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Joaquim Alves de Castro Neto; da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fábio Túlio Filgueiras Nogueira; e do Instituto Rui Barbosa, Ivan Bonilha, sugerindo que as entidades por eles presididas se manifestem em defesa dos princípios fundamentais da Constituição Federal.



Já em março de 2021, o Tribunal de Contas emitiu nota de solidariedade ao Poder Judiciário, em especial ao Dr. Eugênio Couto Terra, juiz de direito da 10ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre, que foi vítima de ofensas e ameaças em razão de sua decisão que suspendeu, provisoriamente, o sistema de cogestão do distanciamento controlado, atendendo à ação civil pública impetrada por várias organizações de trabalhadores. “Ao manifestar nossa solidariedade, repudiamos as agressões em curso, caudatárias de um intolerável discurso de ódio que infesta o país e que tem como objetivo submeter a todos, rasgando definitivamente a Constituição da República”, diz um trecho da nota.



TCE-RS construiu Plano Antirracista

O TCE-RS inovou ao tratar especificamente do tema do racismo nesta gestão, contando com uma assessoria especial para Direitos Humanos, com ênfase no compromisso da igualdade racial. Nesta perspectiva, foi criado um Grupo de Trabalho para a elaboração de um Plano Antirracista no âmbito do TCE-RS, o que resultou em um Plano pioneiro que orienta a administração do Tribunal e que deverá ser referência para outras instituições e também para os gestores fiscalizados.

Além das atividades internas, o Grupo realizou três eventos de formação através da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, contribuindo para a elaboração e execução do primeiro curso de formação "TCE-RS do Futuro Auditores/as e auditorias numa perspectiva interseccional de Direitos Humanos e Fundamentais", para as turmas de servidoras e servidores ingressantes em 2021.

Acesse aqui a íntegra do
Plano Antirracista



Corpo técnico do TCE-RS por raça:

89,1% Branca
9,5% Negra
0,8% Amarela
0,6% Indígena



O

Relatório do GT, apresentado em agosto de 2021, contém a descrição de 11 ações realizadas, 2 ações em andamento e 4 propostas de regulamentações. Com base no diagnóstico realizado, foi sugerida a criação de uma estrutura permanente para o assessoramento na área, o que foi recepcionado pelo Pleno do TCE-RS com a aprovação, em novembro deste ano do projeto de Resolução que criou o Comitê de Assessoramento Permanente Antirracista (CAPA), de caráter propositivo e consultivo, em matéria de igualdade racial, racismo e temas correlatos, com alcance nas relações institucionais internas e externas, no exercício das funções de controle externo, nas ações administrativas e de gestão.

O CAPA será composto por servidores do Tribunal de Contas e contará, preferencialmente, com pelo menos um representante da sociedade civil organizada e da comunidade acadêmica gaúcha que desenvolva pesquisa em matéria de igualdade racial, racismo e temas correlatos. Também poderá integrar o Comitê de Assessoramento Antirracista qualquer servidor e/ou Conselheiro que manifestar interesse. O Projeto de Resolução aprovado pelos conselheiros também estabelece que o Tribunal de Contas gaúcho inserirá campo obrigatório para autodeclaração de raça em todos os seus formulários de dados nos quais se peça, no mínimo, nome, matrícula e/ou CPF, independentemente de vínculo com o Órgão.

Entre outras definições, o TCE-RS regulamentou seu programa de estágios para atender ao mandamento constitucional de igualdade material, passando a observar o “quantitativo inferior ao estipulado em lei” – contratação de Pessoas Com Deficiência (10% do seu quadro funcional) e pessoas negras (20% do seu quadro funcional). Assim, a cada edital, o gestor deverá avaliar seu quadro de funcionários e, a partir deste quantitativo, estipular se as vagas serão universais, para PCD’s ou para negros/as. A medida pretende diminuir as desigualdades entre grupos subalternizados nos quadros funcionais do Tribunal de Contas, dando prioridade às Ações Afirmativas nos seus processos seletivos. Na mesma linha, por proposição do TCE-RS, o Tribunal de Justiça (TJRS), o Ministério Público (MPRS), o Tribunal de Justiça Militar (TJMRS) e a Defensoria Pública do Estado assinaram um Protocolo de Intenções para a criação de normas capazes de unificar procedimentos, nomenclaturas e métodos no que se refere à observância do respeito às cotas para pessoas negras no preenchimento de vagas funcionais.

Em 01 de dezembro, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), O TCE-RS lançou, em webconferência organizada por sua Escola Superior de Gestão e Controle, o livro “Educação antirracista – fiscalização e desafios”. A publicação é uma iniciativa do GT 26-A, grupo de trabalho que o TCE-RS integra junto a diversos órgãos públicos, e da Editora da UFRGS, por meio do DEDS (Departamento de Educação e Desenvolvimento Social), e da ESGC Publicações.

Em 09 de dezembro, o TCE-RS assinou protocolo de intenções em parceria com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública Estadual e o Tribunal de Justiça Militar do RS para elaborar uma proposta conjunta de aperfeiçoamento da política de cotas raciais e da formação de um grupo de trabalho interinstitucional para tratar do tema.

Na área de nossa Comunicação Social, destaque nesse tema para o programa “Negritude TCE” o único podcast de um Tribunal no Brasil, com o intuito de entrevistar ativistas e pesquisadores relacionados à temática racial, bem como, apresentar e fomentar a cultura afro-brasileira.



Webconferências



Qual o papel dos tribunais na luta contra o racismo?

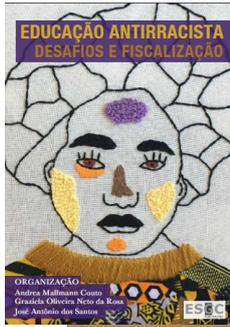
Apresenta as ações do Grupo de Trabalho Antirracista do TCE-RS, que está construindo um programa antirracista para o Órgão de Controle, e oferecer suas percepções sobre o papel dos tribunais no combate ao racismo, visando à troca de experiências.



Os 50 anos do 20 de Novembro em Porto Alegre

A atividade tem o propósito de promover a luta contra o racismo e trabalhar a questão antirracional dentro e fora da instituição, disseminando um olhar mais atento à História brasileira.





TCE lançou livro sobre
Educação antirracista em
parceria com a UFRGS



Notícias relacionadas:

Presidente do TCE-RS propõe pauta
antirracismo à Atricon



Conselheiros do TCE-RS se manifestam
contra o racismo estrutural



Discussão sobre Igualdade de Gênero ganha força com proposta de Plano

O tema da igualdade de gênero vem sendo discutido há alguns anos, no TCE-RS, pelo Grupo de Estudos de Inclusão Social (GEIS). No biênio 2020-2021, o TCE-RS realizou duas webconferências e quatro seminários regionais sobre políticas para mulheres.

Corpo técnico do TCE-RS por gênero:

59% Homem
41% Mulher

Em 8/3/2021, através da Portaria nº 3/2021, foi criado o Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Igualdade de Gênero no âmbito do TCE-RS, que elaborou e apresentou à Presidência uma primeira versão, em 6/4/2021; e em forma de Proposta de Resolução para instituir uma Política de Igualdade de Gênero no âmbito do TCE-RS, em 25/5/2021.

A proposta, já encaminhada na forma de Projeto de Resolução para exame do relator, foi elaborada com base em diagnóstico das necessidades do Tribunal na temática e com fundamento em princípios constitucionais e em acordos e normas internacionais e regionais, entre as quais se destacam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da ONU.



Políticas Públicas para as Mulheres

Seminário Regional que trata das políticas públicas para mulheres e conselhos municipais de direitos. O Seminário está dividido em 4 painéis, este primeiro aborda as políticas públicas para mulheres.





Violência Doméstica e Pandemia

Discussão sobre como as instituições podem melhorar a capacidade do Estado de promover políticas públicas eficientes contra a violência doméstica.



Mulheres nos Espaços Públicos

Debate sobre a representatividade das mulheres nos espaços públicos, sobre as dificuldades e tensões, bem como as perspectivas futuras.



Educação infantil é tema de destaque

O TCE-RS deu sequência ao trabalho de acompanhamento e fiscalização da oferta de vagas na área da educação infantil, dando publicidade aos dados sobre o atendimento pelos municípios do Rio Grande do Sul e promovendo debates acerca da relevância da primeira etapa da educação básica. O primeiro produto foi a realização da webconferência “Educação Infantil em Tempos de Pandemia”, em 05 de junho de 2020, abordando os impactos da pandemia na educação das crianças de 0 a 5 anos. O vídeo se encontra no canal do TCE-RS gaúcho no YouTube e conta com mais de 26 mil visualizações.

No dia 08 de fevereiro de 2021, o Tribunal de Contas lançou a nova edição da tradicional Radiografia da Educação Infantil, referente aos anos de 2010 a 2019. O estudo apresentou o histórico da evolução de cada município no atendimento em creche e pré-escola, além de indicadores da educação infantil, como o número de turmas, a quantidade de crianças por turma, o número de horas-aula e a formação dos professores. A Radiografia também contemplou as receitas e despesas municipais relacionadas com a primeira etapa da educação básica.

Ainda dentro da iniciativa estratégica da educação infantil, em maio de 2021 o Tribunal de Contas do Estado lançou o E-book “Educação Infantil: uma visão multidisciplinar”. A obra, editada pela Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, foi organizada em celebração aos dez anos da Radiografia da Educação Infantil e conta com 13 capítulos, escritos por 35 autores, registrando a atuação do controle externo para a ampliação da oferta de vagas em educação infantil e divulgando pesquisas acadêmicas relativas à temática.

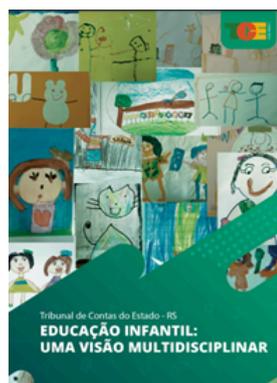


Webconferência Educação Infantil em tempos de pandemia

Evento para debater os impactos da epidemia do coronavírus na educação das crianças de 0 a 5 anos.



E-book Educação Infantil



Tribunal de Contas constituiu **Comitê Científico**

Em 18 de maio, o TCE-RS instalou seu Comitê Científico, iniciativa pioneira no sistema de controle externo brasileiro. A proposta surgiu da necessidade de uma maior interação do Tribunal com o saber científico ao longo da pandemia. Em trabalho voluntário, os integrantes do Comitê Científico, todos com notórios conhecimentos em diferentes áreas, notadamente na saúde e epidemiologia, passaram a assessorar a gestão quanto às medidas de enfrentamento à Covid-19 a partir de demandas da Direção de Controle e de Fiscalização do Tribunal.

Integram o Comitê Científico de apoio ao TCE-RS em processos que envolvam medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 o Neurologista, Professor do Departamento de Farmacologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Artur Francisco Schumacher Schuh; o Cirurgião Dentista, Professor do Departamento de Estomatologia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Carlos Heitor Cunha Moreira; o Biólogo, Professor da Escola de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, José Roberto Goldim; a Epidemiologista, reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, Lucia Campos Pellanda; a Doutora em Química Industrial, professora do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Nádyá Pesce da Silveira; o Doutor em Epidemiologia, Professor da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pedro Curi Hallal; a Farmacêutica-Bioquímica, Professora do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Priscila de Arruda Trindade; a Farmacêutica, gestora de Suprimentos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA, Simone Dalla Pozza Mahmud; e o Professor do curso de Odontologia e Pró-Reitor Adjunto de Pós-graduação e pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Thiago Machado Ardenghi.

Na sessão do Pleno dia 08 de dezembro deste ano, o TCE-RS aprovou proposição homenageando o Comitê Científico pelos relevantes serviços prestados, concedendo aos seus integrantes a mais alta distinção da Instituição, a medalha Hercílio Domingues, a ser entregue em sessão especial.

TCE-RS firmou **40 Termos de Cooperação** no biênio

O TCE-RS celebrou 23 termos de cooperação em 2020 e 17 em 2021. Em 2020, destaca-se a efetivação de Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), parceria que objetiva o aprimoramento do controle externo, mediante a realização de atividades de capacitação, a geração e a disseminação de conhecimento entre os partícipes e o intercâmbio técnico-científico e de experiências práticas e metodológicas.

Em 2021, foi assinado Termo de Cooperação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Canoas para promover a colaboração e o intercâmbio em atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a difusão de informações públicas e o desenvolvimento de materiais e tecnologias em áreas de interesse comum.

Outro ajuste de destaque foi celebrado com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) do Rio Grande do Sul, com o objetivo de intercâmbio de informações e a realização conjunta de ações e divulgação de dados relativos a políticas públicas de direitos humanos. Trata-se de importante parceria, que pode resultar na produção de estudos inéditos, relevantes para a promoção da cidadania.

Merece menção também a celebração de termo de cooperação com o governo do Estado, por meio do qual o TCE-RS, juntamente com os demais Poderes, remanejou parte de seus recursos para suplementar o orçamento da Secretaria da Saúde, para melhorar as condições de atendimento e tratamento de doentes da Covid-19. O Tribunal de Contas contribuiu com mais de R\$ 6,7 milhões.

Termo de Cooperação - UFRGS

Por meio da ESGC, o TCE-RS também promoveu um histórico Termo de Cooperação Técnico-Científica com a UFRGS, assinado em junho de 2020, que permitirá que ambas as instituições realizem pesquisas conjuntas em políticas públicas nas áreas da saúde, educação, meio-ambiente; a instituição do Memorial Digital do TCE-RS; e a publicação eletrônica da Revista científica “Crítica e Controle”, com pesquisas e estudos de temas relacionados ao controle externo.

A cooperação também possibilitará capacitar os servidores do TCE-RS pela participação em pesquisas e pela realização de cursos de mestrado profissional em Economia e em cursos de extensão nas áreas de conhecimento de avaliação econômica de políticas públicas e de finanças e ciência de dados.

Campanhas de **solidariedade**

Em 2020, o TCE-RS criou a campanha interna #Em Nome Da Vida, com o objetivo arrecadar recursos para a compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e para a doação de cestas básicas às comunidades vulneráveis indicadas pelo Comitê Emergencial de Combate à Fome.

Também foram arrecadados recursos para doações a instituições como a Orquestra Villa-Lobos e a Escola de Educação Infantil Joana D'Arc.



Em abril de 2021, o TCE-RS criou a campanha “RS Sem Fome”, iniciada na Páscoa e que se prolongou durante o resto do ano. A ação solidária contou com a parceria das associações representativas dos servidores do Tribunal (ASTC, Ceape-Sindicato e AFA).

No mês de julho, foi realizado o Drive-Thru da Solidariedade, em que servidores e comunidade foram convidados a passar pelo prédio-sede do Tribunal de Contas para doação de agasalhos que foram repassados à Organização de Mulheres Negras – Maria Mulher, que atende mais de 120 famílias na região da Vila Cruzeiro, em Porto Alegre.

A ONG Maria Mulher também foi beneficiada com a doação de botijões de gás, que foram adquiridos por um preço mais baixo devido à quantidade adquirida. Em agosto de 2021, o TCE-RS entregou ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia cobertores adquiridos com recursos doados pelos servidores, por meio das associações representativas (ASTC, Ceape e AFA).

Todos os anos, o Tribunal de Contas realiza o Natal dos Terceirizados, ocasião em que são distribuídas cestas básicas aos servidores terceirizados da Instituição e brinquedos àqueles que têm filhos menores de 12 anos. Em 2020, os funcionários da limpeza, manutenção e CVMI receberam cestas básicas e presentes para as crianças. Independentemente das ações institucionais promovidas pelo TCE-RS por meio das associações representativas, os servidores do Tribunal também realizam suas próprias campanhas de solidariedade, principalmente nos Serviços Regionais de Auditoria.

SOLIDARIEDADE



Balanço de Gestão

Sumário Executivo

biênio
2020
2021